

Thomaz Corrêa Farqui

Provas nas ações civis públicas

Restrições à prova e a defesa
dos direitos difusos em juízo

2ª Edição

EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2025

Sumário

Prefácio	IX
Introdução	1
Capítulo 1 – Noções Históricas	5
1.1 Antiguidade	5
1.2 Decadência do direito probatório: Idade Média.....	9
1.2.1 Ordálias.....	14
1.2.2 Duelo	19
1.2.3 Juramento	21
1.3 Superação dos meios metafísicos: a evolução do direito probatório	27
1.4 Direito probatório: da modernidade à atualidade.....	32
Capítulo 2 – Provas	39
2.1 Conceito	39
2.2 Prova e verdade	48
2.3 Meios de prova	71
2.3.1 Distinção entre meios de prova e outros institutos processuais: presunções, indícios e máximas de experiência.....	75
2.3.2 Meios de prova típicos	83
2.3.3 Meios de prova atípicos	86
2.4 Fonte de prova	87
2.5 Objeto da prova	88

2.6 Classificação das provas.....	96
2.7 Natureza jurídica das normas de Direito Probatório	101
2.8 Fases da atividade probatória.....	105
2.8.1 Admissibilidade da prova.....	106
2.8.2 Valoração das provas	109
Capítulo 3 – Colisão de Direitos Fundamentais	119
3.1 Direitos fundamentais.....	119
3.2 Regras e princípios de direito fundamental.....	121
3.3 Multiplicidade de direitos fundamentais: concorrência e colisão	125
3.4 Conflitos entre regras	128
3.5 Colisão entre princípios	131
3.6 Leis e medidas restritivas de direitos fundamentais.....	141
3.7 Limites às restrições: garantia do conteúdo mínimo essencial	147
3.8 Restrição e conformação do direito fundamental.....	151
3.9 Colisão: solução pela ponderação	153
3.9.1 Princípio da proporcionalidade: origem, fontes normativas e natureza	154
3.9.2 Princípio da proporcionalidade: aplicação.....	158
3.9.3 Princípio da proporcionalidade e controle dos Poderes.....	163
Capítulo 4 – Direito à Prova	169
4.1 Fundamentos e características.....	169
4.2 Conteúdo e exercício do direito à prova	173

4.3 Restrições ao direito à prova	175
4.3.1 Espécies de restrição ao direito à prova.....	180
4.3.2 Conformação e restrição do direito à prova	187
4.3.3 Prova ilícita.....	191
4.3.3.1 Origem e fundamento	191
4.3.3.2 Delimitação conceitual	196
4.3.3.3 Admissibilidade	202
4.3.3.4 Prova ilícita e proporcionalidade.....	207
4.3.3.5 Consequências da admissão ou inadmissão	211
4.3.3.5.1 Descontaminação do julgado.....	213
4.3.3.6 Teoria dos frutos da árvore envenenada.....	216
4.3.3.7 Lei de abuso de autoridade: inconstitucionalidade da vedação do uso das provas ilícitas.....	220
4.4 Direito à prova, colisão de direitos e proporcionalidade.....	223
4.4.1 Análise do direito à prova à luz do subprincípio da adequação	227
4.4.2 Análise do direito à prova à luz do subprincípio da necessidade	228

**Capítulo 5 – Contornos da Atividade Probatória na
Ação Civil Pública para a Tutela de Direitos Difusos 231**

5.1 Direitos ou interesses.....	231
5.2 Direitos fundamentais coletivos	233
5.2.1 Direitos difusos.....	238
5.3 Instrumentos processuais de tutela dos direitos coletivos.....	242

5.3.1 Evolução histórica.....	242
5.3.2 Microsistema regente do processo coletivo.....	248
5.4 Ação civil pública	250
5.4.1 Definição	250
5.4.2 Características gerais	253
5.4.3 Particularidades das provas nas ações civis públicas.....	255
5.4.3.1 Poder instrutório do juiz.....	255
5.4.3.2 Prova científica	261
5.4.3.2.1 Custeio da prova científica	265
5.4.3.2.2 Prova estatística	270
5.4.3.3 Ônus da prova.....	273
5.4.3.4 Coisa julgada <i>secundum eventum probationis</i>	278
5.4.4 Proporcionalidade e direito à prova nas ações civis públicas.....	280
5.4.5 Proporcionalidade dos meios de prova nas ações civis públicas à luz das limitações que deles decorrem.....	288
5.4.6 Provas ilícitas nas ações civis públicas	291
Conclusão	299
Referências.....	305